



Ciências Sociais Aplicadas: Recursos Teórico-metodológicos na Construção de Perspectivas Originais de Análise

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2021



Ciências Sociais Aplicadas:
Recursos Teórico-metodológicos
na Construção de Perspectivas
Originais de Análise

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências sociais aplicadas: recursos teórico-metodológicos na construção de perspectivas originais de análise

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: recursos teórico-metodológicos na construção de perspectivas originais de análise / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-008-4
DOI 10.22533/at.ed.084212704

1. Ciências sociais aplicadas. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea *Ciências Sociais Aplicadas: Recursos Teórico-Metodológicos na Construção de Perspectivas Originais de Análise* apresenta 19 artigos, decorrentes de pesquisas teóricas e de campo. Assim, encontraremos trabalhos decorrentes de: levantamento bibliográfico, análise documental, análise de conteúdo, revisão de literatura, pesquisas exploratórias, observação participante, pesquisa-ação, entrevistas, dentre outros.

A coletânea nos possibilita através das riquezas de análise acessar experiências, que se articulam com discussões entre si, tais como: sustentabilidade, meio ambiente, cultura, condições de moradia, espaço urbano, dentre outras, colocando em pauta a forma como vivemos em sociedade.

A característica interdisciplinar das discussões enriquece o debate e impulsiona as conexões. Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os trabalhos, saborear as leituras e realizar suas próprias conexões entre o cotidiano vivido e as leituras.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O ESTADO EM PERSPECTIVA: DO CONTRATUALISMO À TEORIA MATERIALISTA HISTÓRICA

Deyvid Braga Ferreira
Adilza Rita Gomes Gonçalves do Amaral
Lívy Ramos Sales Mendes de Barros
Jéssica Antunes Figueiredo
Josenilda Rodrigues de Lima
Simone Natividade Santos
Samuel Barbosa Silva
Islan Lisboa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.0842127041

CAPÍTULO 2..... 15

A UTILIZAÇÃO DOS RELATÓRIOS INTEGRADOS COMO FERRAMENTA DE FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Albano de Freitas Dias Junior
Eliene Dias Marcondes
Rafael Alexandre Halphen

DOI 10.22533/at.ed.0842127042

CAPÍTULO 3..... 20

DESENRAIZANDO A *GROUNDED THEORY*

Carla Severiano de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.0842127043

CAPÍTULO 4..... 29

SYSTEMATIZATION OF THE INSTITUTIONALISM OF DOUGLASS NORTH AND A PARALLEL WITH THE THEORY OF GEOFFREY HODGSON

Elson Cedro Mira

DOI 10.22533/at.ed.0842127044

CAPÍTULO 5..... 55

ECONOMIA, SEUS INDICADORES E A TOMADA DE DECISÃO EM AMBIENTE DE ESCASSEZ

Vicente Carneiro Cardoso

DOI 10.22533/at.ed.0842127045

CAPÍTULO 6..... 63

“LISBOA CRIATIVA”: POR QUE É TÃO IMPORTANTE CONECTAR

Carla Moreira Martins de Barros

DOI 10.22533/at.ed.0842127046

CAPÍTULO 7	77
DESARROLLO SOSTENIBLE: UN RETO PARA MÉXICO	
Elías Gaona Rivera	
Karen Marcela Orozco Moreno	
DOI 10.22533/at.ed.0842127047	
CAPÍTULO 8	92
USO DE CONTAINERS COMO MORADIA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO: PERCEPÇÃO DOS MORADORES E PROFISSIONAIS DA ÁREA	
Ana Lígia de Barros Sybalde	
Eduarda Luciana Larissa de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.0842127048	
CAPÍTULO 9	95
CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO HABITACIONAL EM SÃO LUÍS	
José Ricardo de Jesus Pinto Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.0842127049	
CAPÍTULO 10	108
CONSTRUINDO O MEDO COMO FORMA DE VENDER CONDOMÍNIOS E LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS	
Antonio Andrade Mota	
Laila Nazem Mourad	
DOI 10.22533/at.ed.08421270410	
CAPÍTULO 11	124
DA CONCEITUAÇÃO DE MOBILIDADE URBANA AO DESENVOLVIMENTO DE MODELO DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO PARA A APLICAÇÃO EM CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS	
Lara Reis Rodrigues	
Maximiliano Engler Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.08421270411	
CAPÍTULO 12	138
ESTRATÉGIAS DE EVIDENCIAÇÃO AMBIENTAL ADOTADAS EM EMPRESAS AMBIENTALMENTE SENSÍVEIS E NÃO AMBIENTALMENTE SENSÍVEIS	
Juliana Reck	
Karine Ruwer	
Aládio Zanchet	
Martin Airton Wissmann	
DOI 10.22533/at.ed.08421270412	
CAPÍTULO 13	158
TURISMO E MEIO AMBIENTE: CARTA ENCÍCLICA <i>LAUDATO SI'</i> SOBRE O CUIDADO DA CASA COMUM	
Eduardo Taborda de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.08421270413	

CAPÍTULO 14.....	169
O PERFIL DO PROFISSIONAL DE RECURSOS HUMANOS CONTEMPORÂNEO: UMA REVISÃO TEÓRICA SOBRE O PERCURSO E SUAS CARACTERÍSTICAS	
Bruna Gabrielle Souza Assenção	
Giselle Silva Gomes Ferreira	
Marilan Jessica Monteiro da Silva Pissolatto	
Márcia Sumire Kurogi Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.08421270414	
CAPÍTULO 15.....	183
OFERTA DE TRANSPLANTES RENAIIS E FATORES ASSOCIADOS: ANÁLISE EXPLORATÓRIA ESPACIAL PARA AS UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL	
Yasmine Candida da Mata Mendonça	
Cássia Kely Favoretto	
José Luiz Parré	
Giácomo Balbinotto Neto	
Marcio Marconato	
DOI 10.22533/at.ed.08421270415	
CAPÍTULO 16.....	208
BRÁULIO BESSA E JOSÉ AUGUSTO “SERGIPANO”: DOIS ARTISTAS EM UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA BOURDIEUSIANA DE <i>HABITUS</i>, CAMPO, CAPITAL E TRAJETÓRIA	
Márcio Renan Correa Rabelo	
Ricardo Thadeu Guimarães Souza	
DOI 10.22533/at.ed.08421270416	
CAPÍTULO 17.....	218
FUTEBOL SOB O AUTORITARISMO DITATORIAL	
Daniel Perdigão	
Michelle Zampieri Ipolito	
DOI 10.22533/at.ed.08421270417	
CAPÍTULO 18.....	232
DO AUTORRETRATO AO SELFIE: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS ESPELHOS DIGITAIS	
Antonia Zeneide Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.08421270418	
CAPÍTULO 19.....	240
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A CRÍTICA DA DOMINAÇÃO GESTIONÁRIA	
Sérgio Gini	
DOI 10.22533/at.ed.08421270419	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	256
ÍNDICE REMISSIVO.....	257

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A CRÍTICA DA DOMINAÇÃO GESTIONÁRIA

Data de aceite: 23/04/2021

Data de submissão: 05/01/2021

Sérgio Gini

Universidade Estadual Paulista
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais
Marília – SP
<https://orcid.org/0000-0001-5975-1982>

RESUMO: Este trabalho apresenta parte da discussão da nossa pesquisa de doutorado em que estudamos os projetos de desenvolvimento econômico numa cidade de médio porte do Estado do Paraná, encetados pelo empresariado local e fundados no modelo de excelência na gestão. A crítica que fazemos é que o modelo de gestão empresarial acabou eliminando das discussões sobre o desenvolvimento outros atores que não faziam parte da elite dirigente e se estabeleceu uma forma de dominação gestionária, priorizando os interesses desta elite em detrimento de outros projetos. Utilizamos a teoria crítica do sociólogo Luc Boltanski para discutir o caso.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento; Empresariado; Teoria Crítica.

ECONOMIC DEVELOPMENT AND THE CRITIQUE OF MANAGERIAL DOMINATION

ABSTRACT: This work presents part of the

discussion of our doctoral research in which we studied the economic development projects in a medium-sized city in the State of Paraná, initiated by the local business community and founded on the model of management excellence. The criticism we make is that the business management model ended up eliminating from the discussions about development other actors that were not part of the ruling elite, and a form of managerial domination was established, prioritizing the interests of this elite over other projects. We used the critical theory of the sociologist Luc Boltanski to discuss the case.

KEYWORDS: Development; Entrepreneurship; Critical Theory.

1 | INTRODUÇÃO

O sociólogo francês Luc Boltanski tem sido um dos mais ardorosos defensores da volta das análises pela sociologia dos chamados “grupos dirigentes” e “elites”, a partir do conceito da dominação. Para Boltanski, a proposta metodológica é atuar com uma sociologia da crítica ou invés da sociologia crítica (BOLTANSKI, 2013a). A diferença de abordagem dessas “duas escolas” está no fato de que a sociologia crítica da dominação, tomando muitas vezes um ponto de vista dominante, interessava-se mais pela reprodução das práticas de dominação enquanto a sociologia da crítica leva a “considerar o espaço social como um lugar vivo, sempre em movimento, no qual os atores competentes e criativos trocam

críticas e justificativas em situações mais ou menos incertas” (BOLTANSKI, 2013a). No trabalho de Boltanski, entretanto, não se trata de aceitar uma abordagem em detrimento da outra. “Estas duas abordagens são, na minha opinião, ambas válidas, mas o problema, um dos mais espinhosos para a sociologia contemporânea, é articulá-las num mesmo quadro de análise” (BOLTANSKI, 2013a). Sua proposta então é no sentido de “construir uma sociologia capaz de compreender num mesmo quadro os efeitos da dominação, que são bem reais, e as capacidades dos atores de afastá-los ou resistir a eles, sem, não obstante, valorizar politicamente uma aproximação em detrimento da outra”.

Um dos exemplos concretos dessa metodologia de análise está no artigo “Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária” que é o resultado de uma conferência proferida por Boltanski no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ em agosto de 2013. No artigo, a discussão está centrada na falta de “poder” da crítica atual uma vez que a crítica em si tem aumentado, mas sem impactar o mundo social e o espaço político. Boltanski destaca que há uma impressão de que a crítica não tenha mais impacto sobre a realidade, todavia defende que

[...] esta situação precisa ser examinada, e as questões que ela levanta podem orientar nossa atenção em duas direções. Podemos olhar para a crítica e indagar suas formas atuais: ela seria obsoleta, não teria programa político e não apresentaria alternativas claras etc. É um discurso que se ouviu muito na Europa nos últimos anos. No entanto, parece-me mais interessante olhar na outra direção, ou seja, analisar as mudanças que ocorreram nos dispositivos de governança – sejam eles públicos ou privados, o que hoje é mais ou menos a mesma coisa – isto é, nos dispositivos que permitem aos responsáveis conter a crítica e manter inalteradas as principais assimetrias sociais existentes, ou mesmo ampliá-las. Em um trabalho como este, atenção particular deveria ser dada – a meu ver – à conjunção entre duas orientações cujos contornos e usos são relativamente diferentes, ou até divergentes (BOLTANSKI, 2013b, p. 442).

Essas duas orientações apontadas por Boltanski são a instrumentalização da ciência econômica por líderes políticos e econômicos e o fortalecimento e o aperfeiçoamento das técnicas de *management* e das ferramentas de gestão. A instrumentalização da economia consiste em “dar-lhe visibilidade pública e torná-la a principal ferramenta capaz de escolher, entre tudo o que acontece, os eventos relevantes, e também em dar-lhes significado, encaixando-os em um quadro unificado e associando-os a certos mecanismos.” (BOLTANSKI, 2013b, p. 442). A narrativa econômica pretende ser abrangente e apela para uma trama de necessidade muito mais do que à noção de causalidade. Por sua vez, os modelos de *management* e das ferramentas de gestão “desenvolvidos inicialmente no quadro das grandes empresas, foram agora importadas pelas esferas pública e política” (BOLTANSKI, 2013b, p. 443). Sobre esta instrumentalização, o sociólogo francês, entretanto, faz uma ressalva:

O primeiro é que não se pode ignorar tudo que o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e, mais amplamente, dos modos de governabilidade que elas possibilitam, deve às contribuições das ciências sociais. Não só, é claro, a economia, mas também, e, talvez, sobretudo no caso da gestão, a sociologia, a economia e as ciências cognitivas. O segundo ponto diz respeito à orientação destas técnicas em direção à eficiência prática. Ao contrário do economismo, elas não enfatizam a necessidade, mas o agir e o poder de agir sobre a vontade, sobre a autonomia e sobre a liberdade, uma vez que esta se opõe à necessidade. Enfim, o terceiro ponto diz respeito ao uso político que é feito destas técnicas. Ao contrário da economia, as técnicas e ferramentas de gestão não são divulgadas publicamente, notadamente nos meios de comunicação. Elas não estão colocadas na trama. São reservadas aos atores e especialmente àqueles que estão em posições de poder, os “responsáveis”. É a sua liberdade de ação que elas permitem otimizar. Os subordinados as conhecem principalmente por intermédio das medidas fragmentadas às quais eles estão submetidos e das orientações que devem aplicar (BOLTANSKI, 2013b, p. 443).

O autor aponta que “nas últimas décadas do século XX foram se desenvolvendo outras formas de dominação compatíveis com as sociedades hipercapitalistas e baseadas politicamente na democracia eleitoral”, rompendo com a tradição da dominação utilizando o terror e quase decretando o fim das ideologias. Boltanski (2013b, p. 449) dá a estas formas de dominação o nome de “gestionárias” (para recordar a importância que têm as disciplinas de gestão). Nesses casos, a “exploração se aproveita da instrumentalização de diferenciais para gerar lucro, e estes podem ser de natureza diversa. Trata-se, em primeiro lugar, do diferencial de propriedade. Mas também pode ser, por exemplo, o diferencial de mobilidade” (BOLTANSKI, 2013b, p. 449). Boltanski define que

Num quadro gestor, os processos de dominação estão associados com a manutenção duradoura de uma ou várias assimetrias profundas, no sentido em que os mesmos se beneficiam de todas as provas (ou quase), enquanto para outros – sempre também os mesmos – as provas sempre têm resultados adversos (ou quase) (BOLTANSKI, 2013b, p. 449).

Quando a manutenção ou o aumento das assimetrias é questionado pela crítica, a defesa da ordem das coisas existente dá lugar a explicações que se apoiam principalmente em dois tipos de motivos: “Por um lado, a figura da necessidade, no que ela tem de inexorável; por outro, a figura da liberdade, declinante no registro da autonomia e da meritocracia” (BOLTANSKI, 2013b, p. 450).

2 | METODOLOGIA E DISCUSSÃO

Utilizamos como metodologia a tentativa de conciliar os conceitos de dominação gestora de Boltanski a uma crítica das assimetrias produzidas por uma “elite empresarial” em uma cidade de médio porte no Estado do Paraná, que por sua vez se assemelha a tantos outros exemplos de gestão pública em diversos municípios similares do Brasil.

Nosso estudo de caso se concentra na cidade de Maringá situada no noroeste do Estado do Paraná, distante 420 quilômetros da capital, Curitiba. A cidade completou 73 anos de fundação em 2020, embora a sua emancipação política tenha se dado em 1952, o que a coloca como município autônomo há apenas 68 anos.

Maringá, de acordo com a última estimativa do IBGE, de 2017, possui uma população de 406.693 habitantes¹ e é sede de uma região metropolitana com 34 municípios, totalizando perto de 1 milhão de habitantes. Em sua edição eletrônica de 16 de março de 2017, a Revista Exame divulgou o resultado de uma pesquisa realizada pela consultoria Macroplan que colocou Maringá como a “primeira na lista das melhores grandes cidades do Brasil” (BRETAS, 2017). Outra pesquisa, realizada em dezembro de 2016 e divulgada em janeiro de 2017 pela consultoria Endeavor, destacou Maringá entre as 10 melhores cidades do Brasil para se empreender. A pesquisa analisou o ambiente de negócios nos municípios a partir de sete indicadores: ambiente regulatório, infraestrutura, mercado, acesso a capital, inovação, capital humano e cultura (RANKING ENDEAVOR, 2017). Esses resultados foram comemorados como a coroação de um trabalho que se iniciou em 1996 com o Movimento Repensando Maringá, articulado pela Associação Comercial e Empresarial - ACIM e pela Coordenadoria Regional da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep, e que envolveu mais de 80 líderes empresariais e segmentos como clubes de serviços, sindicatos patronais, igrejas, escolas, universidade, entre outros, com o suporte técnico do Sebrae.

A partir da ideia-força do desenvolvimento econômico e da constatação de que a cidade estava paralisada no tempo, envolvida em disputas político-eleitorais de grupos antagônicos, o Repensando Maringá se transformou em uma força dirigente capaz de assumir o controle político da cidade, mesmo sem participar diretamente do processo eleitoral. A ACIM tornou-se, desde o início do movimento, a principal entidade a liderar os grupos participantes e foi a principal porta-voz do Repensando Maringá por intermédio de sua publicação mensal, a Revista ACIM. Nas eleições municipais de 1996 o candidato vitorioso, Jairo Gianoto (PSDB), propugnava, como principal bandeira de campanha, a paz política, teorizando poder unir em torno de um ideal – o do desenvolvimento de Maringá - grupos rivais e de ideologias diferentes. A paz política foi um dos principais motes do trabalho desenvolvido naquele ano pelo Repensando Maringá.

Em 1997, o Repensando Maringá deu origem ao Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – Codem, organismo criado por lei municipal e que se tornou responsável por “propor e fazer executar políticas de desenvolvimento econômico e com competências deliberativas e consultivas” (CODEM, 2017). Na mesma data, foi criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico – FMD, para “financiar a elaboração de estudos, projetos e planos de desenvolvimento, o fomento do desenvolvimento e o investimento em infraestrutura e na formação de capital de empreendimentos” (CODEM,

¹ Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência de 1º de julho de 2017 (IBGE, 2017)

2017). Por lei municipal, o Codem passou a ser o gestor do FMD.

Além do Conselho, outro resultado do Repensando Maringá foi o documento Maringá 2020, um planejamento de longo prazo da cidade com os principais pontos sobre o que se desejava que Maringá se transformasse no futuro. “Essa definição constituiu-se no norte orientador das ações e da construção de políticas de desenvolvimento econômico do Codem” (CODEM, 2017). Entre as principais definições desse planejamento, um verdadeiro plano de governo de longo prazo, estavam as estratégias para as áreas comunitária: “o crescimento da cidade deve ser planejado de maneira a consolidar-se como cidade de porte médio com população aproximada de 500.000 habitantes” e “o planejamento urbano deve integrar o desenvolvimento humano com a natureza, de maneira a harmonizar o homem e a natureza”; universitária: “a formação empreendedora deve se constituir em matéria curricular dos ensinos superior e médio”; comércio exterior: “atribuir à cidade a função de centro internacional de comércio, com a constituição de um portal do Brasil e do Resto do Mundo para o Mercosul”; agricultura e agroindústria: “consolidar Maringá como polo agroalimentar de base tecnológica, com agricultura empresarial forte, diversificada e internacionalmente competitiva”, entre outras específicas (CODEM, 2017).

Embora se apresentasse como um movimento sem “qualquer conotação político-partidária” (REVISTA ACIM n.º. 369, 1996, p. 26), as propostas do Repensando Maringá estiveram na base dos planos de governo dos principais candidatos à prefeitura da cidade em 1996. Quando da criação do Codem, em 1997, o seu primeiro presidente foi imposto pelo prefeito Jairo Gianoto, que indicou o secretário municipal de Indústria, Comércio e Turismo, Miguel Fuentes Salas, um ex-diretor da ACIM. O presidente da Associação Comercial, Hélio Costa Curta, frisava que a entidade considerava importante a aproximação de políticos e empresários:

Se não somarmos nossas forças será difícil retomar o desenvolvimento de Maringá e região. Na ACIM temos a preocupação de fortalecer os laços de amizade com vereadores, deputados estaduais e federais e com o prefeito. De todos, cobramos atuações em prol da comunidade e região. (REVISTA ACIM n.º. 374, 1997, p.13).

Em 1999, na edição n.º. 20, de 16 de maio, a Revista Veja, então a de maior circulação nacional, trouxe como tema de reportagem de capa a cidade de Maringá referindo-se a ela como a Dallas brasileira, numa alusão à cidade norte-americana tida como a capital do cinturão agrário dos Estados Unidos. Em uma das muitas referências ao município paranaense, o jornalista Maurício Lima destaca:

[...] planejada durante a década de 40, a cidade paranaense é uma Brasília regional. A diferença é que produz riqueza em vez de escândalos. Se houvesse um hipotético país formado pelo cinturão agrário brasileiro, Maringá poderia candidatar-se à capital. São 285.000 habitantes e renda per capita de 7.000 dólares. (LIMA, 1999, p. 129).

O destaque recebido por Maringá em uma revista de amplitude nacional premiava os esforços dos articuladores do Repensando Maringá que três anos atrás publicavam na Revista ACIM a seguinte constatação:

Maringá parou de crescer há pelo menos uma década. O município já foi o segundo polo atacadista do país – hoje nem está entre os maiores. Possuía uma agricultura bem mais rentável. Era o maior centro de abate de bovinos do estado. E, mais recentemente, chegou a ter 458 indústrias no setor têxtil e de confecções, hoje tem 352. Eram 791 lojas atacadistas, hoje são 265. (...) A taxa de crescimento do município de 1991 a 1994 foi de 19,28%, menor que a paranaense, de 23,99%. (REVISTA ACIM, n. 368, 1996, p. 28).

O Movimento Repensando Maringá foi articulado para colocar a cidade na rota do desenvolvimento econômico, desenvolvendo projetos como o fortalecimento da “marca” Maringá, de atração de investimentos, de políticas de benefícios fiscais para atração de empresas e incremento nos valores de ICMS que eram repassados pelo Estado ao município.

Pouco mais de um ano depois da publicação da Revista Veja, Maringá se viu envolvida em um dos maiores escândalos de corrupção administrativa do Brasil, culminando com o afastamento do prefeito e a prisão do secretário de Fazenda do município (que seria assassinado em 2011). Apesar disso, o projeto político do Repensando Maringá seguia intacto, fato comprovado nas eleições municipais de 2000, quando a cidade viu pela primeira vez um candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) chegar à prefeitura e com uma votação superior aos 100 mil votos. Em seu plano de alianças para o segundo turno daquele pleito, o candidato do PT, José Cláudio Pereira Neto, se aproximou da ACIM, dando total atenção ao plano de desenvolvimento econômico formulado pelo Codem (REVISTA ACIM, n.º. 399, 2000, p. 10), fato comprovado durante a sua administração.

Novamente, nas eleições municipais de 2004, os planos de governo dos candidatos a prefeito passaram pela cartilha do Codem. O prefeito eleito, Sílvio Barros II, do PP, foi, inclusive, membro deste e ativo conselheiro da ACIM (REVISTA ACIM, n.º. 439, 2004, p. 06). Nas eleições posteriores o mesmo procedimento ocorreu, sendo que Barros foi reeleito em 2008; elegeu o seu sucessor em 2012 (Roberto Pupim, que era seu vice-prefeito) e perdeu a eleição em 2016 para seu ex-chefe de gabinete na segunda gestão, Ulisses Maia, que se aliou a outro grupo político, mas que deu total atenção ao projeto de desenvolvimento econômico do Codem.

3 | RESULTADOS

A consolidação da dominação gestonária se deu em Maringá por meio do discurso do desenvolvimento econômico. Em maio de 2002 o prefeito José Cláudio (PT) tirou licença de dois meses e meio para tratamento de saúde. Era o início de um calvário que contou ainda com mais dois pedidos de licença, em novembro de 2002 e em agosto de 2003. O

câncer o matou no dia 16 de setembro de 2003. O professor João Ivo Caleffi que já havia assumido interinamente nas licenças anteriores foi confirmado no cargo de prefeito com a missão de substituir um “líder nato” e um ‘hábil negociador”, além de iniciar uma carreira política própria, fora da sombra do ex-companheiro.

Nas prévias internas para escolher qual seria o candidato do partido nas eleições de 2004, João Ivo disputou a indicação com o secretário municipal de Governo, o professor universitário Ênio Verri, que havia sido secretário de Fazenda quando José Cláudio estava no cargo. Verri tinha a simpatia da maioria dos secretários municipais do partido e de boa parte dos filiados. Tinha também fácil trânsito junto ao empresariado, pois quando o empresário do setor supermercadista, Jefferson Nogaroli, foi presidente da ACIM, Verri prestava consultoria profissional ao grupo do empresário, a rede de Supermercados São Francisco. Entretanto, prevaleceu o nome de João Ivo como candidato do PT para a prefeitura. João Ivo disputou o primeiro turno das eleições com Sílvio Barros (PP), que disputava pela segunda vez depois de ter sido derrotado por Jairo Gianoto em 1996.

No primeiro turno João Ivo saiu na frente com 49.706 votos e o segundo lugar ficou com o candidato Sílvio Barros com 43.133 votos. Como em 2000, novamente a diferença de votos entre os dois era mínima e a habilidade em ganhar os votos dos eleitores dos outros candidatos poderia fazer a diferença. Diferentemente das eleições anteriores, quando a Revista ACIM publicou o perfil dos candidatos e os seus planos de governo, dessa vez nenhuma linha saiu sobre este ou aquele candidato. Já definidos os nomes para o segundo turno, o presidente da ACIM, Ariovaldo Costa Paulo, publicou um editorial na Revista de novembro intitulado “Democracia ou guerra de interesses?”. Nele, defende que as entidades deveriam ser neutras no processo eleitoral, bem como os órgãos de comunicação e o Poder Judiciário, criticando no caso as pesquisas eleitorais que davam no segundo turno João Ivo e Doutor Batista. Defendendo a posição democrática do empresariado, concluiu o artigo desse modo:

E agora, para o 2º. turno, em conjunto com o Codem e demais entidades da cidade, reunimos os dois candidatos, em momentos diferentes, com o objetivo principal de levá-los a assumir compromissos com a continuidade de projetos importantes. É dessa forma que se faz a democracia. Temos de ter responsabilidade como empresários, como líderes e formadores de opinião (REVISTA ACIM, nº 440, 2004, p. 03).

João Ivo falou aos empresários em reunião realizada no dia 18 de outubro e Sílvio Barros foi ouvido na reunião do dia 19. No dia 31 de outubro, Sílvio Barros foi eleito prefeito de Maringá com 92.052 votos. Depois de 12 anos outro representante da família Barros voltava ao comando do município. A vitória de Barros possibilitou duas leituras, embora superficiais, que apontam o que poderia ter desequilibrado a campanha: uma, a desunião interna do PT e, em segundo, a adesão do empresariado ao projeto de retomada do desenvolvimento que era proposto pelo candidato vitorioso. Questionado sobre a primeira

hipótese, Mário Sérgio Verri, irmão de Ênio Verri e um dos líderes locais do PT, tendo sido eleito vereador naquela eleição, deu a seguinte entrevista ao jornal O Diário, já em janeiro de 2006:

(P) Afinal, houve ou não um churrasco para comemorar a derrota do João Ivo?

(R) Se houve não fomos convidados. Isso é até um absurdo. Uma vez perguntaram para mim e também me falaram que houve um churrasco depois do dia que o Zé Cláudio morreu. Chega a ser um absurdo estas coisas. Acho que não tem cabimento uma coisa desta, o Partido dos Trabalhadores estava empenhado na eleição do João Ivo e o meu grupo, que até considero o mais forte de nosso partido, a Unidade na Luta, é quem deu a condição para que o João Ivo fosse candidato. Foi a Unidade que deu a condição do João Ivo governar, que era também a tendência do Zé Cláudio, onde tivemos a condição de fazer o governo que fizemos.

(P) Mas, o PT foi para as eleições municipais meio dividido, em função de que houve uma convenção interna na qual seu irmão, Ênio Verri [então secretário de Governo], foi derrotado pelo João Ivo. Esta divisão permaneceu até o final?

(R) Não. Tanto é que a coordenação, não total, a maioria da coordenação, era de pessoas ligadas à gente. Demos uma estrutura muito grande para a campanha. A maioria dos secretários acabou votando no Enio nas prévias e depois fazendo campanha. Todo o PT foi fazer campanha pro João Ivo. Não tínhamos outra opção também. Não tinha como votar no Silvío Barros naquela altura. A minha preferência pessoal era o Ênio Verri, como de outros companheiros nossos. Acabou ali, em janeiro de 2004. O que houve foram diversos erros que culminou na derrota do João Ivo (O DIÁRIO, 29/01/2006).

Sobre a segunda hipótese é possível inferir pela própria ligação existente entre Silvío Barros e a ACIM. Depois que fixou residência definitiva em Maringá em 2003, Barros tornou-se associado da ACIM e membro do Conselho do Comércio e Serviços da entidade. Sua circulação entre os empresários era mais constante do que a do prefeito João Ivo. Quando visitou a ACIM, depois de ter sido eleito prefeito, e ouvir novas propostas da entidade, “ele declarou não ter ficado surpreso como o que viu na ACIM porque, como membro do Conselho do Comércio, já vinha acompanhando os trabalhos da entidade”, e citou nominalmente alguns projetos:

O que percebi foi a possibilidade de ampliar o impacto desses projetos desenvolvidos pela ACIM com a parceria com a prefeitura, entre os quais o Conselho de Segurança, a Biblioteca Digital e principalmente os desenvolvidos pela Fundacim – que é uma área em que podemos ter um desempenho muito importante. [...] Espero que a prefeitura de Maringá consiga ser uma referência estadual e nacional de tão boa qualidade como a ACIM é dentro do contexto paranaense e brasileiro (REVISTA ACIM, nº 441, 2004, p. 48).

As propostas de campanha dos dois candidatos que foram para o segundo turno eram muito similares em termos daquilo que o Codem definia como prioridades para o desenvolvimento econômico de Maringá: internacionalização do aeroporto, ramal do gasoduto, cidade industrial ou o Tecnopark, parcerias público-privadas em diversos níveis

da administração. A diferenciação no discurso do prefeito eleito era o retorno de alguns temas que estavam na origem do projeto hegemônico do empresariado, que estavam na origem do discurso do Movimento Repensando Maringá: a qualidade de vida e a cidade saudável e limpa; a atração de empresas de base tecnológica, a consolidação de Maringá como centro de eventos e a atuação direta da prefeitura com os empresários.

Sobre a questão da qualidade de vida, Barros entendia ser o marketing ideal que a cidade precisava: “A minha meta é fazer de Maringá a primeira cidade saudável do Brasil. O programa Cidade Saudável, da OMS, já existe há uns quinze anos. Nenhuma cidade brasileira assumiu o desafio imposto pelo órgão de se tornar uma cidade saudável” (REVISTA ACIM, nº. 442, 2005, p. 06). Para isso, era preciso deixar a cidade limpa, resolver os problemas das ruas esburacadas: “A prefeitura tem outra necessidade urgentíssima a atender: melhorar o sistema viário que está um caos. Temos 250 quilômetros de ruas esburacadas que não podem ficar assim. [...] é um ônus, uma dívida que nós temos com a comunidade” (REVISTA ACIM, nº 442, 2005, p. 07).

Sobre a atração de empresas e o desenvolvimento econômico, sua ideia era de que

O modelo macroeconômico para Maringá se baseia em empresas de alta tecnologia, que sejam capazes de absorver a mão-de-obra de nível superior que a gente forma aqui. Queremos trabalhar na consolidação do Tecnoparque. Nosso objetivo é tornar projeto irreversível até o final deste ano, com a conclusão dos projetos de viabilidade econômica. Inclusive já temos recursos para isso. Além disso, vamos desapropriar mais áreas para se chegar aos 30 alqueires necessários para a implantação do núcleo inicial. Entendemos que desta forma os parceiros do Tecnoparque é que virão até nós. Com os projetos nas mãos, queremos buscar também alguns bancos que tenham interesse em ser sócios do empreendimento, algo que é muito comum em outros países. Além disso, pretendemos fechar com pelo menos duas empresas de alta tecnologia, que serão âncoras do Tecnoparque, até o final deste ano (REVISTA ACIM, nº 442, 2005, p. 08).

Sobre o potencial da cidade para atrair eventos de negócios, Barros destacava que

Pretendemos ser indutores do turismo de compras, voltado especificamente para o setor de confecções, dos shoppings atacadistas. Temos também projeto de instalar em alguns parques da cidade empreendimentos turísticos que se tornem atrativos para a cidade. Mas isso será feito em parceria com a iniciativa privada. São negócios rentáveis, onde se cobram ingressos, e que são de interesse do empresariado (REVISTA ACIM, nº 442, 2005, p. 08).

Na relação com o empresariado, Barros defendia uma aproximação ainda maior:

Vamos incrementar ainda mais a política de parceria com o Codem. A classe empresarial, junto com a prefeitura, tem a possibilidade de definir uma situação invejável para aumentar a competitividade de Maringá na atração de investimentos e negócios. Prefeitura voltada a atrair empresas todos os municípios do Brasil têm. Mas um conselho de desenvolvimento econômico, com mais de cem instituições privadas atuando junto com a prefeitura, com um orçamento público para ser gerido, quantas cidades têm? Esse é

o diferencial de Maringá. Eu quero fortalecer essa parceria, porque é isso que faz de Maringá uma cidade diferente das outras (REVISTA ACIM, nº 442, 2005, p. 08).

Considerado pela mídia e pela elite empresarial como um ótimo gestor, visionário e com ideias avançadas de desenvolvimento econômico, Silvio Barros foi reeleito prefeito sem maiores dificuldades em 2008, evitando o segundo turno, tendo recebido 57,02% dos votos válidos. Seu foco de atuação nesta gestão continuou a priorizar os projetos anteriormente gestados pelo documento Maringá 2020. Ainda em seu segundo mandato, Barros buscou a apropriação do discurso empresarial do desenvolvimento como seu, passando inclusive a comandar mais diretamente o Codem. Como principal contribuição, desenvolveu o projeto chamado Maringá 2030, uma reatualização do documento Maringá 2020.

Nas eleições municipais de 2012, Barros conseguiu eleger no segundo turno o seu candidato, o agropecuarista Roberto Pupim (PP) que havia sido o seu vice-prefeito nas duas gestões. Sem muito trânsito junto a elite empresarial pois era membro da elite agropecuária, Pupim não conseguiu se firmar como uma liderança política com brilho próprio. Sua gestão foi caracterizada pelas ingerências do irmão mais velho do ex-prefeito Silvio Barros, o cacique político Ricardo Barros, na época deputado federal e líder da presidenta Dilma Rouseff na Câmara dos Deputados.

Todavia, por iniciativa do empresariado local que contratou a empresa de consultoria PriceWaterhouseCoopers - PwC, a gestão municipal desenvolveu o Masterplan (sigla de plano mestre, em inglês) que acabou sendo aprovado no último ano de gestão de Pupim, antes do processo eleitoral, como um novo marco no processo de desenvolvimento de Maringá até 2047 (ano do seu centenário de fundação). O Masterplan elencou os setores com maior potencial para gerar riqueza e benefícios para a sociedade, levando em consideração as vocações da cidade. O projeto também apontou os fatores críticos para o sucesso e o planejamento estratégico para a sua implementação. A segunda fase do projeto, que é a mais cara, ficou para outro momento quando deverá ser contratada outra empresa de consultoria internacional para elaborar o planejamento urbanístico e de infraestrutura, que fornecerá as diretrizes de planejamento de transporte, saneamento, educação, qualidade de vida, energia, entre outros.

Quem dá sequência ao projeto é o atual prefeito, Ulisses Maia (PDT), que desde 1996 também acompanha o desenvolvimento do projeto hegemônico do empresariado local. Maia foi eleito prefeito no segundo turno em 2016 derrotando o ex-prefeito Sílvio Barros. Embora se declarasse oposição ao grupo político há 12 anos no poder, Maia tinha no currículo o fato de ter sido chefe de gabinete e secretário municipal do prefeito Sílvio Barros e seu líder na Câmara de Vereadores, quando ocupou, inclusive, a presidência. Dessa forma, a dominação gestonária implantada na gestão municipal, municada pelo empresariado local, continua como um projeto gerido por gente de Maringá e focado em posicionar a cidade como a “melhor cidade do Brasil”, bem ao sabor do projeto hegemônico

implantado.

É indiscutível a ingerência direta da Associação Comercial no Codem. Há diversas citações de personagens ligados à ACIM ou de fora dela que denunciam a ligação mais do que umbilical entre a entidade empresarial e o conselho. Podemos apontar alguns fatos como a questão da representatividade da ACIM no plenário do Codem ser a maior, quatro cadeiras, entre as entidades, além de participar de cinco câmaras técnicas (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ, 1996). Embora não exista nenhum documento onde isso esteja escrito, há um acordo para que a ACIM participe sempre da mesa diretora do Codem o que vem ocorrendo desde a sua primeira diretoria, sempre com um ou mais representantes.

Acompanhando a interpretação que Coutinho (2003) dá à obra de Gramsci, podemos afirmar que o Codem se transformou no “aparelho privado de hegemonia” da ACIM, pois segundo um de seus ex-presidentes, o imobiliário Pedro Granado Martines, “o Codem é uma das maiores realizações da história da ACIM” (REVISTA ACIM, n. 385, 1998, p. 11). Quando o Movimento Repensando Maringá ganhou a adesão da imprensa, e o historiador e jornalista político Messias Mendes frisou que as autoridades do município teriam “que se comprometer com a vontade do partido maior que é Maringá” (O DIÁRIO, 01/08/1996), talvez não tivesse a consciência de que esse “partido” seria o Codem conduzido pela ACIM. No caso, o Codem seria o partido adequado às condições expostas por Gramsci, de acordo com Dias:

Uma associação pode ser chamada de “partido político” só enquanto possuir “uma doutrina constitutiva, sua, própria; só enquanto conseguir concretizar uma noção, sua própria, de Estado; só enquanto concretizar e divulgar entre as grandes massas um programa de governo, apto para organizar praticamente um Estado, e isto em condições determinadas, com homens reais e não com fantasias abstratas de humanidade (DIAS, 2000, p. 169).

Outra questão importante é sobre a promoção da imagem da cidade, uma das principais propostas do Codem, tanto na questão do “marketing” de Maringá quanto das ações para tornar a cidade competitiva. É inegável que o marketing urbano se constitui em peça fundamental na atração de investimentos, principalmente de empresas transnacionais, produzindo imagens que, associadas a determinados padrões de consumo, produzem diferenciais que valorizam a “marca” da cidade. Sánchez explica que estas imagens são produzidas a partir de uma “seleção simbólica de fragmentos escolhidos da paisagem urbana”, que ao serem tomadas por uma síntese da cidade, cumprem a missão de apresentar como imagens legítimas o que, na realidade, não passa de processos de “exemplificação, seleção, inclusão e omissão de espaços e de ângulos das práticas sociais” (SÁNCHEZ, 1999, p. 124). Nesse contexto, as diversas ações de promoção da imagem da cidade que incluem tanto o investimento em obras públicas quanto os instrumentos de marketing, inclusive os propalados pelo Codem, têm por objetivo dinamizar a vida econômica e cultural

da cidade, transformando-a em um espetáculo: Maringá é mais qualidade de vida!. Como afirma a autora, em uma cidade espetáculo, a população passiva, se comporta antes como espectador que como cidadão. “Essa assistência ao espetáculo é muito útil porque, ao criar uma ilusão de participação, torna fácil a legitimação dos interesses dominantes” (BRAGA, 2001, p. 32).

O marketing urbano é na verdade um instrumento de representação social. Ele apresenta a cidade “asséptica de problemas como violência, desemprego, pobreza, favela, poluição, depredação ambiental, entre outros”. É um tipo de propaganda que tenta “elevar a qualidade de vida, as condições socioeconômicas, ambientais, para patamares que fogem da realidade concreta da dinâmica de uma cidade” (SILVA, 2006, p. 109). Em Maringá, o marketing de “cidade verde”, “cidade ecológica”, “cidade sempre limpa”, com ruas largas, arborizadas, praças ordenadas, tem propiciado uma representação social de cidade “mitificada por uma imagem prosáica que na realidade atende a interesses políticos e econômicos dos grupos dirigentes” (SILVA, 2006, p. 111).

É importante realçar que a justificativa para a implantação e continuidade do projeto hegemônico era “recolocar” Maringá nos “trilhos” do desenvolvimento. Para isso, foi forjado o discurso de que para a cidade superar a crise do início dos anos 1990 era necessário torná-la competitiva para a atração de investimentos e para o desenvolvimento regional, transformando-a em uma empresa bem estruturada e que pudesse ter uma capacidade de inovação para gerar riqueza e renda aos seus moradores. Para legitimar o discurso, foi criado o documento Maringá 2020 a partir de um planejamento estratégico que pensou a cidade para 24 anos em apenas oito horas. O planejamento, na verdade, serviu mais para buscar o consenso dos participantes sobre temas previamente escolhidos pelos líderes do movimento. Isso se repetiu, de certa forma, nos documentos Maringá 2030 e Masterplan 2047.

Com isso, a elite empresarial ditou rumos a serem tomados por Maringá, inclusive pelos seus candidatos a prefeito: tornar-se uma cidade competitiva, empreendedora, que tivesse como marca a ser explorada a sua boa qualidade de vida. A estratégia do empreendedorismo urbano, de acordo com Benko (1999) pressupõe uma economia local flexível, atrativa para grandes investimentos, com redes de empresas e de distritos industriais, tornando a cidade um centro de inovação tecnológica para poder firmar-se na liderança de uma economia de escala, altamente empreendedora. O resultado disso foi o projeto do Tecnopark que saiu do papel durante a gestão do prefeito João Ivo Caleffi (PT) e que, atualmente, está em vias de conclusão das desapropriações de propriedades.

Faz parte do discurso neoliberal, conforme Vainer (1999), a necessidade de transformar as cidades em mercadoria à disposição do grande capital. Essa cidade é o resultado do planejamento estratégico, que lhe dá também o status de empresa. Como cidade-mercadoria ela está posta à venda e à compra e como cidade-empresa ela tem que gerir seus recursos para ter capacidade de concorrência, sempre subordinada à lógica

do mercado. Neste sentido, o projeto hegemônico estudado apresentou as principais características desse discurso, com o empresariado assumindo o papel de pensar as principais políticas de desenvolvimento para a cidade, ficando o Poder Público com a função de gerente, promotor do marketing e da venda dessa mercadoria. Essas ações, a partir de princípios de gestão e metodologias empresariais, conforme podemos entender, atuam como reproduções imperfeitas da política urbana, que na realidade têm objetivos de ocultar a retirada da política da vida urbana, com o discurso do consenso. Com isso, os interesses econômicos dominantes são favorecidos em detrimento das políticas sociais e de redistribuição de riqueza e renda. Surge também, com isso, como vimos nos projetos propostos pelo Codem, a transformação de interesses particulares em objetivos de toda a comunidade, que também é conclamada a dar suporte a esses ideais.

E por último, percebemos que o projeto hegemônico do empresariado ampliou a lacuna da participação popular nas discussões sobre o futuro e desenvolvimento da cidade. Não há, nos documentos consultados informações sobre as preocupações do empresariado sobre os bairros populares e de trabalhadores, que carecem de infraestrutura, rede de educação e saúde, empregos, entre outros. Isso aponta que a preocupação do Movimento Repensando Maringá esteve depositada no centro da cidade, no centro do poder, no capital. Não percebemos nos discursos do empresariado a inclusão política de indivíduos que estão desconectados do mundo do trabalho ou da educação, por exemplo; antes, há sempre a preocupação em esconder as tensões oriundas das complexas mudanças da sociedade, com ideias de “cooperação” e “solidariedade” (IVO, 2002). Há também o discurso da parceria público-privada para transformar a cidade de modo que se “pareça” um lugar inovador, criativo, seguro para viver, seguro para investir, visitar ou consumir. Segundo Harvey (1996) esse modelo de parceria tem por “objetivo político e econômico imediato, o investimento imobiliário pontual e especulativo”, focado na divisão espacial do consumo. Por isso, as camadas populares não estão no centro do discurso do empresariado.

A dificuldade que o cidadão que não é empresário ou representante de uma entidade de classe tem de ter acesso ao Conselho está estampada na composição das câmaras técnicas do Codem. Somente a Câmara de Assuntos Comunitários tem espaço para associações de moradores, representados pela Federação das Associações de Bairros de Maringá – Feabam. Assim mesmo, é apenas uma vaga. Com isso, fica evidente a desconexão entre o discurso de que a “comunidade” está interferindo nos rumos da cidade ou “determinando” o futuro, e a prática do empresariado.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um processo complexo como esse, minimamente exposto aqui, o sistema de dominação gestonária acaba atribuindo aos dominados uma necessidade de serem realistas. Na opinião de Boltanski (2013b, p. 450) “ser realista, quer dizer, aceitar as

restrições, notadamente econômicas, tais como elas são, não porque sejam boas ou justas ‘em si’, mas porque não podem ser diferentes do que são”. Mais do que isso, explica o sociólogo francês:

Em um sistema de política gestionária, o realismo ocupa o centro do dispositivo de dominação. Ele constitui, ao mesmo tempo, o princípio de justificação no qual os dominantes se apoiam e a virtude que eles exigem dos dominados. Mas não se trata apenas de um discurso, ou por assim dizer, uma ideologia. O que caracteriza um sistema deste tipo é, de fato, a sua capacidade de ligar não apenas idealmente, mas também nos fatos, os elementos diversos que compõem a realidade para torná-los intimamente interdependentes. Ou, ainda, sua capacidade de constituir uma realidade em que tudo se encaixa, ou seja, uma realidade cuja força teria uma dimensão absoluta. A realidade considerada como algo externo, que seria independente das relações sociais (ou, por assim dizer, em termos marxistas, fetichizada) pode então ser, não apenas evocada, mas mostrada em suas manifestações mais tangíveis. Pode-se atribuir a ela uma vontade própria e mostrar como a mesma se manifesta, especialmente quando é capaz de punir aqueles que pensarem que dela podem escapar. A este respeito, governantes e governados, dominantes e dominados enfrentam o mesmo problema. Eles são, todos, supostos servidores da realidade. A todos eles se pede para serem realistas (BOLTANSKI, 2013b, p. 451).

É aqui que se manifesta a profunda assimetria, segundo Boltanski. E isso é produto da fetichização da realidade que encaba encobrendo a sua essência. Há nesse processo “uma rede de regras, leis, formatos de provas, normas, modos de cálculo e controle, que têm, na maioria das vezes, mas em graus variados, uma origem institucional”, afirma Boltanski (2013b, p. 451). Assim, deve-se saber que um dos principais diferenciais entre dominantes e dominados é justamente a posição assimétrica que ocupam em relação às instituições e, conseqüentemente, às regras que as instituições fixam.

Mas, e a crítica? Na opinião de Boltanski (2013b, p. 460), a crítica social deve “continuar a crítica das formas atuais do capitalismo e se interrogar sobre os meios de torná-la eficaz”. Assim, a crítica deve se ocupar das instituições. “Uma sociedade necessita de instrumentos capazes de dizer ‘é o que é’, ou seja, de instâncias suscetíveis de reduzir a incerteza que engendra necessariamente o fluxo dos acontecimentos, o fluxo da vida” (BOLTANSKI, 2013a). O autor acrescenta:

As instituições podem dizer o que é “em si”, porque elas não estão situadas. Estando situadas, os atores só podem ter um “ponto de vista” sobre os problemas, como se diz com razão. Mas a instituição deve dar-nos o ponto de vista dos pontos de vista. A maneira mais fácil é delegar a função semântica para a instituição, pois é um corpo sem ser propriedade que permite que seja dominante. Mas sendo sem corpo, necessita de porta-vozes, e esses porta-vozes – um dos temas mais antigos da sociologia – nunca se sabe se eles falam em nome da instituição ou em nome de seus próprios interesses. Eles são dotados de regalias, de um tom de voz particular, para designar os casos em que é o bem comum que se expressa pela sua boca. Mas, confrontados

com estas declarações, a crítica sempre está pronta para se manifestar, mesmo que seja na forma de ironia. Atualmente, está na moda criticar a crítica, considerando que é uma fonte de inquietudes, de impotência. Penso, ao contrário, que as sociedades nas quais se expressam os fenômenos patológicos, são as sociedades nas quais não há crítica. A patologia é o consenso (BOLTANSKI, 2013a).

Em última análise, Boltanski acredita que a emancipação só poderá vir pelos momentos sociais que obrigariam as instituições a se reformarem ou criariam instituições sujeitas, por sua vez, à crítica. Assim concluiu o sociólogo francês: “Precisamos repensar as relações entre as instituições e a crítica. Estes últimos não são necessariamente relacionados com a forma Estado-nação, também eles sem fôlego”. Ele ainda enfatiza que “podemos procurar, do lado das tradições libertárias, imaginar instituições em sintonia com os dispositivos interpretativos vindos dos atores sociais” (BOLTANSKI, 2013a).

REFERÊNCIAS

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

BOLTANSKI, Luc. Entrevista a Sylvain Bourmeau e Anastasia Vécirin. **Jornal Libération**, Paris, 13 set. 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias-2013/524246-ser-dominado-e-ser-posto-permanentemente-a-prova-entrevista-com-luc-boltanski> . Acesso em 21/07/2020.

BOLTANSKI, L. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. **Sociologia & Antropologia**, Vol. 03.06, pp. 441-463, novembro, 2013.

BRAGA, T. M. **Belo Horizonte**: desafios da dimensão ambiental nas políticas urbanas. 2001. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2001

BRETAS, Valéria. As melhores e piores 100 grandes cidades do Brasil. **Revista Exame** on-line, 16 mar 2017. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/o-ranking-do-servico-publico-nas-100-maiores-cidades-do-brasil/> . Acesso em 22/07/2020.

CODEM. **Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá**. Quem somos? Disponível em: <http://www.codem.org.br> . Acesso em 13/11/2017.

DIAS, E. F. **Gramsci em Turim**: a construção do conceito de hegemonia. 1ª. ed. São Paulo: Xamã, 2000.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da Administração Urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**. Ano XVI, São Paulo, 1996.

IVO, A. B. L. Recomposição política, comunidade cívica e governança urbana. In: **Cadernos Metrôpole**, n. 8, 2º. semestre. São Paulo: PUC, 2002.

LIMA, M. **Dallas no Paraná**. Revista Veja, nº. 20, São Paulo: Ed. Abril, 1999.

O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ. **Maringá**: Editora Central, diário, 1993-2006.

O JORNAL DO POVO. **Maringá**: Editora Setentrião, diário, 1993-1997.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ. **Lei municipal nº 4275/1996**. Institui o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – CODEM. Paço Municipal: Maringá, 16 set. 1996.

RANKING ENDEAVOR. As 10 melhores cidades do interior do Brasil para empreender. Gazeta do Povo (Curitiba), 04/01/2017. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/empreender-pme/as-10-melhores-cidades-do-interior-do-brasil-para-empreender-c9r0vg1ey7v7ahqaer9trgsaj> . Acesso em 23/07/20020

REVISTA ACIM. **Maringá**: Associação Comercial e Empresarial de Maringá, 1993-2005. Mensal. ISSN 1981-1926.

SÁNCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma crítica dos modelos emergentes. In: **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. Campinas, n. 1, maio, 1999.

SILVA, C. A. M. **Considerações sobre o espaço urbano de Maringá – Pr**: do espaço de floresta à Cidade Jardim, representação da “Cidade Ecológica”, “Cidade Verde”. 2006. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2006.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. Encontro Nacional da Anpur, 8, Porto Alegre, 1999. **Anais...**, Porto Alegre: ANPUR, 1999.

SOBRE A ORGANIZADORA

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Em 2016 enquanto devolutiva do processo de doutorado implantou o Projeto de extensão Pode Respirar! Discutindo Promoção da Saúde no SUS (em vigência) na Universidade de Pernambuco – UPE, orientando discentes e Residentes na área de saúde na modalidade de extensão universitária, desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise de dados 20, 21, 22, 26

Análise espacial 186, 187, 190, 194, 195, 196, 207

Análise exploratória de dados espaciais (AEDE) 183, 186, 189, 204

C

Condomínios fechados 96, 97, 103, 106, 110, 112, 123

Contêineres 92, 94

Contratualismo 1, 2

D

Déficit habitacional 96, 98, 104

Desarrollo sostenible en México 77

E

Economia criativa 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75

Ecosistema criativo 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 75

Espaço planejado 119

Espaço urbano 98, 100, 101, 104, 106, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 255

Espelho 232, 233, 234, 235, 237, 238

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 20, 24, 52, 61, 67, 77, 78, 81, 85, 86, 89, 95, 96, 97, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 139, 159, 163, 171, 173, 183, 193, 195, 196, 200, 201, 202, 204, 205, 207, 213, 214, 221, 225, 228, 230, 240, 242, 243, 245, 250, 254

F

Futebol 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

G

Gestão corporativa 16

Gestão de pessoas 170, 174, 179, 180, 181, 182

Gestão pública 242

Governança 15, 17, 19, 241, 254

I

Índice de qualidade de mobilidade urbana (IQMU) 124, 130, 131, 133, 134, 135

Índice de sustentabilidade empresarial – ISE 138, 140, 145, 153, 156

Instagram 236, 237

M

Medo 4, 108, 109, 110, 122, 221, 235

Meio ambiente 15, 18, 100, 138, 141, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 158, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167

Método de pesquisa 16, 20, 21

Mobilidade urbana 106, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136

Modelos de decisão 56, 57, 58, 61

Mundo do trabalho 170, 252

P

Pesquisa bibliográfica 17, 29, 169, 170, 208, 218, 220, 221

Processo decisório 56, 57, 61

Processo de gestão 56

R

Recursos humanos 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 256

Regimes autoritários 218, 219, 220, 221, 222, 227, 228

Relações urbanas 97

Relatório integrado (RI) 15, 16, 17, 18, 19

Relatórios de administração (RA) 138, 140, 146, 149, 154

Responsabilidade corporativa 16

S

Selfie 232, 233, 236, 237, 238

Sistema nacional de transplantes (SNT) 185, 205, 206

Sustentável 15, 17, 73, 92, 99, 129, 136, 137, 147, 153, 154

T

Teoria materialista do Estado 7

Turismo 76, 137, 158, 159, 165, 166, 167, 168, 244, 248

Turismo e hospitalidade 159, 168

Ciências Sociais Aplicadas: Recursos Teórico-metodológicos na Construção de Perspectivas Originais de Análise

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Ciências Sociais Aplicadas: Recursos Teórico-metodológicos na Construção de Perspectivas Originais de Análise

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021